

MUNICÍPIO DE CIANORTE
EXTRATO DA ATA Nº. 023/2021 DE REGISTRO DE PREÇOS
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitação, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 001/2021, homologado em 10/02/2021.
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higiene e equipamentos de proteção individual (EPIs) para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Empresa: M TESTA CONFECAÇÃO.
Valor Homologado: R\$ 68.335,4 (sessenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos).
Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses.
Itens constantes da Ata de Registro de Preços:

Lot e	Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca
C/3	18	52521	Máscara confeccionada em tecido plano, na cor preta, de composição 100% algodão atóxico, gramatura leve a média (90 g/m2 a 120 g/m2), duplo, lavável. Com elásticos nas laterais em alças passíveis nas orelhas, em camada dupla, por dobra. Máscara confeccionada no estilo retangular, em tamanho único adulto (a partir de 16 anos),com acabamento executado em máquina reta industrial. Pronta com 19,0 cm de largura, 16,50 cm de altura central e 9,0 cm de altura nas laterais, sendo laterais com 3 dobraduras por pregas em direção ao queixo do usuário. Duas alças de tiras de elástico, chatas, de 0,90 mm de largura aproximada e 17,0 cm de comprimento prontas, pregadas nas laterais da máscara, formando arcos. Acabamento das laterais rebatido em máquina reta, mesmo elástico pregado em máquina reta industrial e rebatido para reforço da costura na reta. Estampada em silk screen, 02 cores, em tamanho proporcional ao tamanho da máscara (o layout será apresentando pela Secretaria Municipal	UN	4.364,000	R\$ 2,25	9.819,00	Infinitt i

Lot e	Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca
			de Educação e Cultura quando for solicitada a compra por meio de Nota de Empenho). A empresa vencedora deverá apresentar amostra para aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura antes da confecção das máscaras, conforme especificações contidas no Edital.					
	19	52522	Máscara confeccionada em tecido plano, na cor preta, de composição 100% algodão atóxico, gramatura leve a média (90 g/m2 a 120 g/m2), duplo, lavável. Com elásticos nas laterais em alças passíveis nas orelhas, em camada dupla, por dobra. Máscara confeccionada no estilo retangular, em tamanho único infanto-juvenil (8 a 14 anos), com acabamento executado em máquina reta industrial. Pronta com 16,0 cm de largura, 14,0 cm de altura central e 9,0 cm de altura nas laterais, sendo laterais com 2 dobraduras por pregas em direção ao queixo do usuário. Duas alças de tiras de elástico, chatas, de 0,90 mm de largura aproximada e 17,0 cm de comprimento prontas, pregadas nas laterais da máscara, formando arcos. Acabamento das laterais rebatido em máquina reta, mesmo elástico pregado em máquina reta industrial e rebatido para reforço da costura na reta. Estampada em silk screen, 02 cores, em tamanho proporcional ao	UN	7.504,000	R\$ 2,65	19.885,60	

Lot e	Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca
			tamanho da máscara (o layout será apresentando pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura quando for solicitada a compra por meio de Nota de Empenho). A empresa vencedora deverá apresentar amostra para aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura antes da confecção das máscaras, conforme especificações contidas no Edital.					
	20	52523	Máscara confeccionada em tecido plano, na cor preta, de composição 100% algodão atóxico, gramatura leve a média (90 g/m2 a 120 g/m2), duplo, lavável. Com elásticos nas laterais em alças passíveis nas orelhas, em camada dupla, por dobra. Máscara confeccionada no estilo retangular, em tamanho único infantil (2 a 6 anos), com acabamento executado em máquina reta industrial. Pronta com 14,0 cm de largura, 13,5 cm de altura central e 9,0 cm de altura nas laterais, sendo laterais com 2 dobraduras por pregas em direção ao queixo do usuário. Duas alças de tiras de elástico, chatas, de 0,90 mm de largura aproximada e 16,0 cm de comprimento prontas, pregadas nas laterais da máscara, formando arcos. Acabamento das laterais rebatido em máquina reta, mesmo elástico pregado em máquina reta industrial e rebatido para reforço da	UN	9.544,000	R\$ 2,46	23.478,24	

Lot e	Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca
			costura na reta. Estampada em silk screen, 02 cores, em tamanho proporcional ao tamanho da máscara (o layout será apresentando pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura quando for solicitada a compra por meio de Nota de Empenho). A empresa vencedora deverá apresentar amostra para aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura antes da confecção das máscaras, conforme especificações contidas no Edital.					
	21	42603	Máscara descartável, com elástico, 3 dobras com filtro, tripla proteção, hipogêrgerência, atóxica, confeccionada em tela não tecido, com presilha para moldar o nariz, formato anatômico com prega central no sentido horizontal, proporcionando adequada cobertura do rosto e filtragem bacteriana no duplo sentido, embalada com data de validade e dados de identificação e procedência. Seguindo as normas da ABNT. Caixa com 50 unidades.	CX.	950,000	R\$ 15,95	15.152,50	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 10 de Fevereiro de 2021.

Marcos Antonio Franzato
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 14							
1	50169	PECAS para manutenção de elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde, Volvo/BSS Articulado, Mercedes Benz OF 1418 / Mpolo Torino GVU, VW/15.190 EOD E.I.D ORE e veículos com plataforma elevatória da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde, Volvo/BSS Articulado, Mercedes Benz OF 1418 / Mpolo Torino GVU, VW/15.190 EOD E.I.D ORE.	UN	4,0000	R\$ 10,000,00	40.000,00	25,50
2	50170	SERVIÇOS de manutenção elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos com plataforma elevatória da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde, Volvo/BSS Articulado, Mercedes Benz OF 1418 / Mpolo Torino GVU, VW/15.190 EOD E.I.D ORE.	UN	4,0000	R\$ 5,000,00	20.000,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 16							
1	50173	PECAS para manutenção de mecânica com seus componentes para motor, câmbio, diferencial, freios e seus fluidos lubrificantes, filtros e aditivos, para veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616, VW/Masca Granini O, Mercedes Benz/Masca Granini O, Marcopolo/Volare.	UN	7,0000	R\$ 12,000,00	84.000,00	
2	50174	SERVIÇOS de manutenção mecânica com seus componentes para veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616, VW/Masca Granini O, Mercedes Benz/Masca Granini O, Marcopolo/Volare.	UN	7,0000	R\$ 6,000,00	42.000,00	12,01
Lote 22							
1	50185	PECAS para manutenção de mecânica com seus componentes para motor, câmbio, diferencial, freios e seus fluidos lubrificantes, filtros e aditivos, para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722	UN	12,0000	R\$ 12,000,00	144.000,00	20,01
2	50186	SERVIÇOS de manutenção mecânica com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722	UN	12,0000	R\$ 6,000,00	72.000,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 3							
1	50024	SERVIÇOS de fiação com seus componentes para pintura, portas, para-choques, soldas, vedação, adaptadores de acessórios e polimento de veículos da marca: RENAULT MASTER e KIA /BESTA 12P GS.	SVC	3,0000	R\$ 5.000,00	15.000,00	10,00
Lote 8							
1	50033	SERVIÇOS de fiação com seus componentes para pintura, portas, para-choques, soldas, vedação, adaptadores de acessórios e polimento de veículos da marca: Fiat / Fiorino, Fiat Palio Fire Economy, FiatStrada Working, Chevrolet/ Montana L200U, Ford Fiesta, Volkswagen/ Gol TL MC.	SVC	11,0000	R\$ 3.000,00	33.000,00	19,50
Lote 10							
1	50049	SERVIÇOS de fiação com seus componentes para pintura, portas, para-choques, soldas, vedação, adaptadores de acessórios e polimento de veículos da marca: Kombi / Volkswagen.	SVC	7,0000	R\$ 5.000,00	35.000,00	34,00
Lote 15							
1	50171	PECAS para manutenção da porta a ar com seus componentes para veículos com plataforma elevatória da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde, Volvo/BSS Articulado, Mercedes Benz OF 1418 / Mpolo Torino GVU, VW/15.190 EOD E.I.D ORE.	UN	4,0000	R\$ 1.000,00	4.000,00	25,00
2	50172	SERVIÇOS de manutenção da porta a ar com seus componentes para veículos com plataforma elevatória da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde.	SVC	4,0000	R\$ 500,00	2.000,00	

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 18							
1	50177	PECAS para manutenção da porta a ar com seus componentes para veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616, VW/Masca Granini O, Mercedes Benz/Masca Granini O, Marcopolo/Volare.	UN	7,0000	R\$ 1.000,00	7.000,00	18,00
2	50178	SERVIÇOS de manutenção da porta a ar com seus componentes para veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616, VW/Masca Granini O, Mercedes Benz/Masca Granini O, Marcopolo/Volare.	UN	7,0000	R\$ 500,00	3.500,00	
Lote 24							
1	50189	PECAS para manutenção da porta a ar com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722	UN	12,0000	R\$ 1.000,00	12.000,00	26,00
2	50190	SERVIÇOS de manutenção da porta a ar com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722	UN	12,0000	R\$ 500,00	6.000,00	
Lote 28							
1	50042	SERVIÇOS de fiação com seus componentes para pintura, portas, para-choques, soldas, vedação, adaptadores de acessórios e polimento de veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616/Weiyelans 15021 e Ivoeco/Weiyelans 70617bde	SVC	5,0000	R\$ 7.000,00	35.000,00	27,00
Lote 36							
1	50065	SERVIÇOS de fiação com seus componentes para pintura, portas, para-choques, soldas, vedação, adaptadores de acessórios e polimento de veículos da marca: VW/15.190 EOD E.I.D ORE e VW/MASCA GRANMINI O.	SVC	11,0000	R\$ 7.000,00	77.000,00	23,00

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 7							
1	50168	PECAS para manutenção de elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Fiat / Fiorino, Fiat Palio Fire Economy, FiatStrada Working, Chevrolet/Montana L20, Ford Fiesta, Volkswagen/ Gol TL MC, Volkswagen/ Kombi.	UN	10,0000	R\$ 2.500,00	45.000,00	23,50
2	50166	SERVIÇOS de manutenção elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Fiat / Fiorino, Fiat Palio Fire Economy, FiatStrada Working, Chevrolet/Montana L20, Ford Fiesta, Volkswagen/ Gol TL MC, Volkswagen/ Kombi.	UN	10,0000	R\$ 1.250,00	22.500,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 17							
1	50175	PECAS para manutenção de elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616, VW/Masca Granini O, Mercedes Benz/Masca Granini O, Marcopolo/Volare.	UN	7,0000	R\$ 6.000,00	42.000,00	16,50
2	50176	SERVIÇOS de manutenção elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Ivoeco/CityClass 70616, VW/Masca Granini O, Mercedes Benz/Masca Granini O, Marcopolo/Volare.	UN	7,0000	R\$ 1.000,00	21.000,00	
Lote 23							
1	50187	PECAS para manutenção de elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722	UN	12,0000	R\$ 6.000,00	72.000,00	25,90
2	50188	SERVIÇOS de manutenção elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722Mercedes Benz/ OF 1417, OF 1721 e OF 1722	UN	12,0000	R\$ 1.000,00	36.000,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

MUNICÍPIO DE CIANORTE
EXTRATO DA ATA Nº. 369/2020 DE REGISTRO DE PREÇOS
Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 158/2020, homologado em 04/12/2020.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e aquisição de peças visando a manutenção mecânica, elétrica, hidráulica, tapetaria, calças de direção e seus para os veículos leves e pesados (kombi, vans, ônibus e outros) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Empresa: CLAUDIO AUGUSTO RODRIGUES
Valor Homologado: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses
Itens constantes da Ata de Registro de Preços:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 2							
1	50161	PECAS para manutenção de elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: RENAULT MASTER e KIA /BESTA 12P GS.	UN	3,0000	R\$ 6.000,00	18.000,00	14,10
2	50162	SERVIÇOS de manutenção elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: RENAULT MASTER e KIA /BESTA 12P GS.	UN	3,0000	R\$ 3.000,00	9.000,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

MUNICÍPIO DE CIANORTE
EXTRATO DA ATA Nº. 370/2020 DE REGISTRO DE PREÇOS
Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 158/2020, homologado em 04/12/2020.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e aquisição de peças visando a manutenção mecânica, elétrica, hidráulica, tapetaria, calças de direção e seus para os veículos leves e pesados (kombi, vans, ônibus e outros) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Empresa: CLAUDIO LEITE DE JESUS
Valor Homologado: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)
Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses
Itens constantes da Ata de Registro de Preços:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 20							
1	50181	PECAS para manutenção elétrica com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1315, OF 1318, OF 1618 e OH 1621 L Mercedes Benz/ OF 1315, OF 1318, OF 1618 e OH 1621 L	UN	14,0000	R\$ 6.000,00	84.000,00	27,30
2	50182	SERVIÇOS de manutenção elétrica com seus componentes para veículos da marca: Mercedes Benz/ OF 1315, OF 1318, OF 1618 e OH 1621 L Mercedes Benz/ OF 1315, OF 1318, OF 1618 e OH 1621 L	UN	14,0000	R\$ 3.000,00	42.000,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

MUNICÍPIO DE CIANORTE
EXTRATO DA ATA Nº. 372/2020 DE REGISTRO DE PREÇOS
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitação, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 158/2020, homologado em 04/12/2020.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e aquisição de peças visando a manutenção mecânica, elétrica, hidráulica, tapetaria, calças de direção e seus para os veículos leves e pesados (kombi, vans, ônibus e outros) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Empresa: ELETROGISELE ROBOVA EIRELI
Valor Homologado: R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais)
Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses
Itens constantes da Ata de Registro de Preços:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 13							
1	50167	PECAS para manutenção de mecânica com seus componentes para motor, câmbio, diferencial, freios, plataforma elevatória e seus fluidos lubrificantes, filtros e aditivos para veículos com plataforma elevatória da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde, Volvo/BSS Articulado, Mercedes Benz OF 1418 / Mpolo Torino GVU, VW/15.190 EOD E.I.D ORE.	UN	4,0000	R\$ 20.000,00	80.000,00	15,00
2	50168	SERVIÇOS de manutenção mecânica com seus componentes para veículos com plataforma elevatória da marca: Ivoeco/Weiyelans 70617bde, Volvo/BSS Articulado, Mercedes Benz OF 1418 / Mpolo Torino GVU, VW/15.190 EOD E.I.D ORE.	UN	4,0000	R\$ 10.000,00	40.000,00	
Lote 25							
1	50191	PECAS para manutenção de mecânica com seus componentes para motor, câmbio, diferencial, freios e seus fluidos lubrificantes, filtros e aditivos para veículos da marca: VW/ 15.190 EOD E. S. ORE, VW/15.190 EOD E. HD ORE, IVECO/LANCLASS 150821 E. MERCEDES BENZ/ OF 1519 R. ORE.	UN	12,0000	R\$ 12.000,00	144.000,00	19,50
2	50192	SERVIÇOS de manutenção mecânica com seus componentes para veículos da marca: VW 15.190 EOD E. S. ORE, VW 15.190 EOD E. HD ORE, IVECO/LANCLASS 150821 E. MERCEDES BENZ/ OF 1519 R. ORE.	UN	12,0000	R\$ 6.000,00	72.000,00	

Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO

MUNICÍPIO DE CIANORTE
EXTRATO DA ATA Nº. 372/2020 DE REGISTRO DE PREÇOS
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitação, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 158/2020, homologado em 04/12/2020.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e aquisição de peças visando a manutenção mecânica, elétrica, hidráulica, tapetaria, calças de direção e seus para os veículos leves e pesados (kombi, vans, ônibus e outros) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Empresa: JESSICA D. SOUZA RODRIGUES
Valor Homologado: R\$ 100.000,00 (cento e cinco mil reais)
Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses
Itens constantes da Ata de Registro de Preços:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Percentual de Desconto %
Lote 26							
1	50193	PECAS para manutenção de elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: VW/ 15.190 EOD E. S. ORE, VW/15.190 EOD E. HD ORE, IVECO/LANCLASS 150821 E. MERCEDES BENZ/ OF 1519 R. ORE.	UN	12,0000	R\$ 6.000,00	72.000,00	16,00
2	50194	SERVIÇOS de manutenção elétrica e eletrônica com seus componentes para veículos da marca: VW/ 15.190 EOD E. S. ORE, VW/15.190 EOD E. HD ORE, IVECO/LANCLASS 150821 E. MERCEDES BENZ/ OF 1519 R. ORE.	UN	12,0000	R\$ 3.000,00	36.000,00	


Papo Municipal Wilson Ferreira Varella, 04 dezembro 2020.

Claudemir Romero Bongiorno
Prefeito
ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Lei Municipal nº 979/2021
EMENTA: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária e, Normas de Execução Financeira, para exercício econômico-financeiro de 2022, e das outras providências.
PREÂMBULO: A Câmara Municipal da Cidade de Guaporema - Estado do Paraná aprovou, e eu Prefeito Municipal, com embançamento legal no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no Artigo 108, parágrafo 3º inciso I a IX da Lei Orgânica do Município e sanciono a seguinte lei.
Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 108, § 3º, inciso I a IX da Lei Orgânica Municipal de Guaporema, e as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município relativo ao exercício econômico-financeiro do ano de 2022, abrangendo o Poder Executivo, Legislativo, Órgãos e Entidades da Administração Direta compreendendo, dentre outras:
I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
II - a estrutura e organização dos Orçamentos;
III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;
V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária Municipal;
VII - as disposições finais.
§ 1º. Integram esta lei os seguintes Anexos:
I- Anexos de Metas Fiscais;
II- Anexos de Riscos Fiscais e
III- Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 LRF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

§ 2º. Fica autorizado o Chefe do Executivo, se necessário, e diante das medidas tomadas para enfrentamento do COVID-19, atualizar as metas fixadas e apresentadas nos Anexos do § 1º, em virtude da impossibilidade de realizar projetos para o Exercício de 2022.
CAPÍTULO - I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 2º. A elaboração e aprovação do projeto de Lei Orçamentária de 2022 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual 2022-2025 e suas alterações, bem como o disposto no Anexo de Metas Fiscais, anexo a esta Lei, desdobrados em:
Tabela I- Metas Anuais;
Tabela II- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Tabela III - Metas Fiscais Anuais Comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;
Tabela IV - Evolução do Patrimônio;
Tabela V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Tabela VI - Estimativo e Compensação da Rendência de Receita; e
Tabela VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
§ 1º. As tabelas I, II e de que integra o "caput" são expressas em valores correntes e constantes, não ocorra mudança no cenário macroeconômico do país seus valores poderão ser alterados, conforme Decreto do executivo.




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

§ 2º. Poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para o Orçamento Fiscal e Seguridade Social.
§ 3º. Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais.
§ 4º. Com base no Artigo 65, da Lei Federal 101/00, havendo necessidade, fica chefe do executivo autorizado a atualizar as metas fixadas na presente lei, por ocasião do envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022, em virtude da impossibilidade de realizar projetos para o Exercício mencionado.
Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022, atendida as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, são as constantes desta Lei.
Parágrafo Único. - No projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.
CAPÍTULO - II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS
Art. 4º. Para efeito desta Lei, entende-se por:
I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objeto de um programa, envolvendo um conjunto de operações que realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre à expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V - subproduto, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente para especificar a localização física da ação;
VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entes estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII - concedente, o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de Créditos Orçamentários e
VIII - conveniente, o órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta do governo Municipal, e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactua a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de Créditos Orçamentários.
§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função da subfunção às quais se vinculam, na forma de Anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.
§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentário por programas, atividades, projetos ou operações especiais.
§ 4º. As atividades com a mesma finalidade de que já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.
§ 5º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.
Art. 5º. Os Orçamentos Fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, mantidas pelo Poder Público, encaminhando ao Poder Legislativo o



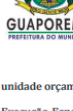
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre à expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V - subproduto, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente para especificar a localização física da ação;
VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entes estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII - concedente, o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de Créditos Orçamentários e
VIII - conveniente, o órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta do governo Municipal, e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactua a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de Créditos Orçamentários.
§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função da subfunção às quais se vinculam, na forma de Anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.
§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentário por programas, atividades, projetos ou operações especiais.
§ 4º. As atividades com a mesma finalidade de que já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.
§ 5º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.
Art. 5º. Os Orçamentos Fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, mantidas pelo Poder Público, encaminhando ao Poder Legislativo o




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Art. 6º. Todos os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, serão feitos de maneira que se possam garantir o controle dos custos, das ações e avaliação de resultados dos programas de governo.
Art. 7º. O projeto de Lei Orçamentária anual poderá trazer em seu bojo a inclusão da programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual (2022 a 2025), que tenha sido objeto de projetos de Lei específica.
Art. 8º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, e o grupo de natureza de despesa.
§ 1º. A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de segurança pública (SP).
§ 2º. Os grupos de natureza de despesa compreendem a agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gastos, conforme a seguir discriminadas:
I - pessoal e encargos social - 1;
II - juros e encargos da dívida - 2;
III - outras despesas correntes - 3;
IV - investimentos - 4;
V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referente à constituição ou aumento de capital de empresas - 5; e
VI - amortização da dívida - 6.
§ 3º. A Reserva de Contingência, será indicada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.
§ 4º. As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.
Art. 9º. Na programação das despesas não poderá ocorrer:
I - fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente constituída as unidades executoras das mesmas.




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

II - inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;
III - contemplação de despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial, com a ressalva dos casos de calamidade pública, nos termos da Constituição Federal.
Art. 10º. O projeto de Lei Orçamentário que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, será constituído de:
I - texto da Lei;
II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
III - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
Art. 11. A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:
I - às ações descentralizadas de saúde;
II - assistência social;
III - às ações de alimentação escolar;
IV - ao pagamento de benefícios do regime geral de previdência, para cada categoria de benefício;
V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
VI - ao pagamento de precatórios judiciais e de débitos judiciais perdidos, que constarão da programação das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;
VII - ao cumprimento de débitos judiciais transitados em julgados considerandos de pequeno valor, incluindo os decorrentes de Juizados Especiais Federais;
Art. 12. O Poder Legislativo e os demais Órgãos descentralizados encaminharão ao órgão responsável pelo Planejamento e de Orçamento Municipal, suas propostas Orçamentárias até o dia 15 de agosto de 2021, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.
Art. 13. O Município de Guaporema poderá contribuir mediante celebração de convênio, ajuste ou congêner, para o custeio de despesas de




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidores públicos efetivos do quadro de funcionários do Município de Guaporema-PR, para atender as demandas de serviços administrativos e operacionais em órgãos e entidades componentes da Administração Direta e Indireta, no âmbito dos três poderes.
§ 2º. A aplicação do disposto no caput deste artigo dar-se-á mediante convênio entre as esferas de governo interessadas.
§ 3º. As despesas de Salários e Encargos oriundos do termo de cessão serão de responsabilidade do Município Cedente.
Art. 14. A proposta da lei orçamentária anual, para o exercício de 2022, contemplará abertura de Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 20%, (vinte) por cento, sendo que os mesmos deverão ser apresentados com o mesmo detalhamento da Lei Orçamentária.
Art. 15. A lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos de orçamento fiscal, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
CAPÍTULO - III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES
Art. 16. A elaboração e aprovação do projeto de lei orçamentária de 2022, e a execução da respectiva lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações.
Parágrafo Único. - A elaboração do Orçamento para o Exercício Financeiro de 2022, será efetuada até nível de elemento.
Art. 17. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas de fins lucrativos, que exerçam



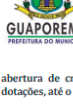
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, e que preencham uma das seguintes condições:
I - seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;
III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
Art. 18. É vedado à destinação de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive de recursos próprios, de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, para a destinação de previdência complementar ou congêner, quando em desconformidade com o disposto na Lei complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, e na Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001.
Art. 19. A lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, somente incluirá projetos ou subprodutos de projetos novos se:
I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subprodutos em andamento; e
II - os recursos alocados vinculados a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas.
§ 1º. As ações em aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos, inclusive aqueles que tenham constado de leis orçamentárias anteriores.
§ 2º. Serão entendidos como projetos ou subprodutos de projetos em andamento aqueles constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2021, ultrapassaram 20% (vinte por cento) do custo total estimado.
Art. 20. São vedados qualquer procedimento pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
Parágrafo Único. - A programação financeira registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária - financeiro efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da insobediência do caput.




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Art. 21. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde e assistência social, obedecendo ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194, 195, 196, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, entre outros, com recursos provenientes:
I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a que trata do art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;
II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com previdenciários do Município;
III - do orçamento fiscal;
IV - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento.
§ 1º. A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da centralização.
§ 2º. As receitas de que trata o inciso IV deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.
Art. 22. O orçamento da seguridade social contemplará a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de Janeiro de 2012.
Art. 23. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transferir, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgão ou entidade, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 4º, § 1º, desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidade de aplicação.
Parágrafo Primeiro. - Poderá ainda, na execução orçamentária de 2022 transferir, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e efetuar remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

**abertura de créditos adicionais que utilizarem como recurso o cancelamento de dotações, até o mesmo limite do Art. 14.
Parágrafo Segundo. - Poderão ser atualizados os valores orçamentários, para o Exercício de 2022, a partir do mês de Outubro/2021, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulados dos últimos doze meses;
Art. 24. Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 70, 42 e inciso I do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizada a abrir Crédito Adicional Suplênter Financeiro, por Fonte de Recursos.
Parágrafo Terceiro. - Entende-se por Suplênter Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2021.
Parágrafo Quarto. - Ficam excluídos do limite fixado no art. 14 desta lei, os créditos previstos no caput deste artigo.
Art. 25. A Procuradoria Jurídica do Município, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda, até 31 de julho do corrente, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2022, nos termos do artigo 100, parágrafo 1º, da Constituição Federal/88, discriminada por órgão da administração direta e autárquica, especificando:
a) número e data de ajuizamento da ação originária;
b) tipo do precatório;
c) tipo da causa julgada;
d) data da autuação do precatório;
e) nome do beneficiário;
f) valor do precatório a ser pago;
g) data do trânsito em julgado.
CAPÍTULO - IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 26. A lei orçamentária garantirá para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.**




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

I - custeio operacional e de pessoal, com os devidos encargos sociais;
II - pagamento de amortizações e demais encargos da dívida;
III - contrapartida de operações de crédito;
IV - precatórios judiciais e de débitos;
V - investimentos.
Art. 27. O projeto de lei orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de créditos repassados ou limites estabelecidos no artigo 167, inciso II da Constituição Federal.
Parágrafo Segundo. - O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará até estabelecido os montantes que, calculados na forma do "caput", poderão ser atribuídos aos órgãos na limitação de empenho e movimentação financeira.
Art. 28. A lei orçamentária poderá autorizar a realização de operações de créditos por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº. 101/2000.
CAPÍTULO - V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Art. 29. No exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos arts 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.
Art. 30. Se as despesas total com pessoal ultrapassarem os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2001, a administração municipal deverá tomar as medidas necessárias para a redução das despesas, preservando os servidores das Áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.
Art. 31. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2001, a contratação de horas extras será restringida às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de Educação.
Art. 32. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.
Parágrafo Único: Fica também autorizado o Poder Executivo por meio de concurso público e teste seleto a realizar contratações para cargo eletivo e emprego público, desde que haja dotação orçamentária.
Art. 33. O disposto no parágrafo primeiro, do artigo 18, da Lei Complementar nº. 101/2000, aplica-se exclusivamente para o fim de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput".
I - os serviços expressamente apontados pela lei de licitação e contratos administrativos (Lei nº. 8.666/93), com clara especificação do objeto da contratação;
II - os contratos de terceirização em que a Administração não especifique a quantidade e ou especialização dos funcionários, salvo se necessário a caracterização do objeto, bem como, que não esteja caracterizada qualquer subordinação, vinculando a personalidade entre a Administração Pública e os funcionários da contratação;
III - as contratações temporárias, eventuais de curta duração e com objeto bem específico, que não caracterizem atividade de caráter permanente da Administração.
CAPÍTULO - VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL
Art. 34. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vista à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Art. 32. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.
Parágrafo Único: Fica também autorizado o Poder Executivo por meio de concurso público e teste seleto a realizar contratações para cargo eletivo e emprego público, desde que haja dotação orçamentária.
Art. 33. O disposto no parágrafo primeiro, do artigo 18, da Lei Complementar nº. 101/2000, aplica-se exclusivamente para o fim de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput".
I - os serviços expressamente apontados pela lei de licitação e contratos administrativos (Lei nº. 8.666/93), com clara especificação do objeto da contratação;
II - os contratos de terceirização em que a Administração não especifique a quantidade e ou especialização dos funcionários, salvo se necessário a caracterização do objeto, bem como, que não esteja caracterizada qualquer subordinação, vinculando a personalidade entre a Administração Pública e os funcionários da contratação;
III - as contratações temporárias, eventuais de curta duração e com objeto bem específico, que não caracterizem atividade de caráter permanente da Administração.
CAPÍTULO - VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL
Art. 34. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vista à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Art. 35. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o aumento ou a redução da capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I - atualização da planta genérica de valores do município;
II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre imposto Predial e Territorial Urbana, seus alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
V - revisão da legislação aplicável ao imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
Art. 36. O imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e as Taxas que compõem o mesmo caráter, para o exercício financeiro 2022, poderá ter desconto de até 5% (cinco por cento) do valor lançado, para pagamento à vista.
CAPÍTULO - VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 37. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.




PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Art. 38. Integra esta Lei, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 2000, o Anexo de Riscos Fiscais.
Art. 39. Será publicada, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2022, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recurso, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021.
Parágrafo Único. - No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.
Art. 40. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em seu elemento específico.
Art. 41. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprópria ou com dotação limitada.
Art. 42. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custo e avaliação de resultados das ações de governo.
Art. 43. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do parágrafo 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.
Parágrafo Único. Para efeito do "caput" deste Artigo, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R\$ 17.600,00 (dezoito mil e seiscientos reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 86 - Telefone: (0x44) 3684 1286 / 3684 1210
CNPJ 07.810.400 - CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: guaporema@guaporema.pr.gov.br

Art. 44. Como critério para limitação de empenho no cumprimento das metas fiscais, se fará de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para atendimento de "despesas de custeio" (exceto pessoal, encargos sociais e dívida pública) e "investimentos" de cada Poder.
Parágrafo Primeiro. - Da ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, o montante que caberá a cada um tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.
Parágrafo Segundo. - O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará até estabelecido os montantes que, calculados na forma do "caput", poderão ser atribuídos aos órgãos na limitação de empenho e movimentação financeira.
Art. 45. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.
Art. 46. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei do Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.
Art. 47. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar, em cada mês, 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária para 2022, até o início do Exercício Financeiro não haver aprovação do Orçamento.
Art. 48. Esta Lei entra em vigor a partir de 01/01/2022, revogando-se as disposições em contrário.
Edifício do Município de Guaporema, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e um. (25/05/2021).
GILBERTO CASTELLANI
PREFEITO MUNICIPAL
Original Assinado



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramaru, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.796.355/0001-77
E-mail: educacao@municiopindianopolis.pr.gov.br - saude@municiopindianopolis.pr.gov.br - trabalho@municiopindianopolis.pr.gov.br
CNP J. - 80.809.617/0001-43

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÕES
PRELÂMBULO
O Município de Indianópolis, Estado do Paraná, através dos Pregeiros Oficiais tem público que se encontra aberta a licitação nº 001/2021, para a aquisição de materiais de consumo, com o objetivo de aquisição



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100
e-mail: pmmpm@saomanel.doparana.pr.gov.br - site: saomanel.doparana.com.br
CNPJ - 80.909.617/0001-63 - CEP- 87215-000

LEI Nº 016/2021

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPCD, O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE - FAD, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL VOLTADA AOS INTERESSES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, AGNALDO TREVISAN: Faço saber que a Câmara aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- CMDPCD

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações políticas voltadas para a promoção, inclusão social e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no município de São Manoel do Paraná vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPCD

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - formular, supervisionar, acompanhar, avaliar, fiscalizar, cumprir e fazer cumprir a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência, observada a legislação em vigor;

II - acompanhar a elaboração e avaliar os instrumentos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e demais propostas do Município) e solicitar as modificações julgadas necessárias à consecução da política municipal dos direitos da pessoa com deficiência, bem como analisar a aplicação de recursos relativos à sua competência;

III - subsidiar a elaboração de leis atinentes aos direitos da pessoa com deficiência;

IV - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas nos campos da promoção, proteção social e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

V - inscrever as entidades e as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que ofereçam atendimento e defendam os direitos da pessoa com deficiência, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos na legislação específica;

VI - promover intercâmbio entre as entidades e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e os organismos nacionais e internacionais, visando o atendimento dos direitos da pessoa com deficiência;

VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os atos e serviços prestados pelos representantes governamentais e da sociedade civil de atendimento e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, indicando as medidas pertinentes para as eventuais adequações emitindo pareceres, quando solicitado, sobre o atendimento prestado;

VIII - receber petições, denúncias, reclamações ou representações, por desrespeito aos direitos assegurados à pessoa com deficiência, protegendo as informações sigilosas, emitindo pareceres e encaminhando-os aos órgãos competentes para a adoção das medidas cabíveis;

IX - decidir sobre a admissibilidade dos projetos apresentados pelas entidades e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e apresentação pública municipal, dirigido ao Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

X - elaborar, aprovar o seu Regimento;

XI - deliberar e propor ao órgão executivo, a capacitação de conselheiros;

XII - propor aos poderes constituídos, modificações relacionadas à estrutura física e à gestão de pessoal com o objetivo de assegurar acessibilidade irrestrita às edificações e aos serviços municipais;

XIII - convocar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, acompanhando o calendário das conferências estadual e nacional, estabelecendo normas de funcionamento em regulamento próprio.

XIV - Acompanhar, orientar e aprovar os planos, programas e projetos propostos, bem como propor as providências necessárias à seu adequado desenvolvimento e completa implantação;

XV - apreciar e aprovar anualmente o balanço geral do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD, em consonância com a legislação pertinente.

XVI - deliberar sobre a destinação dos recursos do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD e fiscalizar a sua aplicação, observando a legislação pertinente.

XVII - definir as diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

XVIII - estabelecer os critérios de análise de projetos e sistemas de controle e avaliação dos resultados das aplicações realizadas à conta do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

XIX - avaliar e aprovar os balançes financeiros mensais e o balanço anual do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente FAD;

XX - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e à avaliação dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Apoio a Pessoa com Deficiência - FAD;

XXI - fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD, requisitando, quando entender necessário, auditoria do Poder Executivo;

XXII - aprovar convênios, ajustes, consórcios, acordos e contratos firmados com base em recursos do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

XXIII - publicar, no Diário Oficial do Município, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência relativas ao do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD.

Art. 3º São parâmetros para a análise dos projetos encaminhados, a relevância ao cidadão a que se destina e a obediência aos critérios estabelecidos em Resolução aprovada pelo CMDPCD.

Capítulo III

DA COMPOSIÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPCD

Seção I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto por 8 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, de acordo com a paridade que segue:

I - Do Poder Público: 4 (quatro) membros governamentais, que façam interface com a política voltada à pessoa com deficiência, a ser definido pelo Chefe do Executivo ou por quem ele designar

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

II - Da Sociedade Civil: 4 (quatro), sendo 1 (uma) obrigatoriamente, um pessoa com deficiência.

titular e um suplente, com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

§ 2º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente respeitará a paridade e a alternância entre a representação governamental e sociedade civil, de acordo com o período da gestão com um mandato de 1 ano, a partir da posse.

Seção II

DA PARTICIPAÇÃO

Art. 5º As atividades dos membros do Conselho Municipal Dos Direitos da Pessoa com Deficiência reger-se-ão pelas seguintes disposições:

I - o mandato dos membros será de 2 anos, a partir da data da posse, permitida uma única recondução consecutiva, por igual período;

II - a função de membro do Conselho não é remunerada e seu exercício é considerado serviço público relevante, de caráter prioritário, sendo justificadas eventuais ausências a quaisquer outros serviços, quando for exigido o comparecimento a sessões do conselho ou a participação em diligências autorizadas por este;

III - os membros do Conselho poderão ser substituídos mediante solicitação dirigida ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para posterior encaminhamento ao Prefeito Municipal para nomeação;

IV - as decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão consubstanciadas em resoluções, aprovadas pelo voto da maioria simples de seus integrantes.

Seção III

DA ESTRUTURA

Art. 6º A Secretária Municipal de Assistência Social prestará apoio e estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderá convidar, como colaboradores e a título gratuito, pessoas e entidades para auxiliá-lo.

Parágrafo Único - Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e outras instituições, especialmente convidadas e sempre a título gratuito, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá regimento interno próprio, a ser publicado mediante resolução no Diário Oficial do Município, no prazo de 120 dias, contado a partir da posse dos novos conselheiros.

Art. 9º Todas as reuniões e atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão públicas, abertas à participação popular e precedidas de ampla divulgação.

Art. 10 O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência reunir-se-á, ordinariamente a cada mês e extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE - FAD

Art. 11 Fica criado um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD, com o objetivo de ser instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, manutenção e no desenvolvimento de programas e ações dirigidos à pessoa com deficiência.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD terá vigência por tempo indeterminado e o saldo positivo apurado em balanço ao final do período, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo.

Art. 12 Constituem recursos do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD:

I - transferências de recursos federais, estaduais e municipais, especialmente consignados ao Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

II - doações, contribuições e restituições;

III - aplicações financeiras.

Art. 13 A gestão do FAD caberá à Secretária Municipal de Assistência Social, que terá como atribuições:

I - administrar o Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD e estabelecer as diretrizes para aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e em consonância com a política da pessoa com deficiência e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do município;

II - submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para aprovação, o balanço anual e o balançete mensal do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo Municipal de

Apoio ao Deficiente - FAD referentes a empenhos, liquidação e pagamento de despesas e ao recebimento de receitas;

IV - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos e contratos firmados pelo município e que digam respeito ao Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

V - apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD;

VI - Elaborar juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência o regulamento do Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FAD, o qual será publicado através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Capítulo V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 O atendimento dos direitos da pessoa com deficiência, no âmbito municipal, far-se-á, por meio de:

I - políticas públicas voltadas às necessidades e direitos das pessoas com deficiência, que assegurem a sua inclusão em programas que visem o desenvolvimento pleno e que respeitem os direitos estabelecidos na legislação pátria;

II - serviços especializados, em todas as áreas de atuação no município de São Manoel do Paraná.

Art. 15 Esta Lei será regulamentada, no que for necessário, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "13 de Setembro" de São Manoel do Paraná em 25 de maio de 2021.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Assinado original)



Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECHHO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3607-1280
e-mail: icita.saotome@gmail.com
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

AVISO DE NULIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 38/2021
PREGAO PRESENCIAL N. 18/2021

O MUNICÍPIO DE SAO TOME, Estado do Paraná, toma público que, conforme prevê o art. 49, da Lei nº 8.666/93, será ANULADO o Pregão Presencial n. 18/2021, devido a apresentação de inconsistências, deixando de atender ao Art. 3º da Lei 8666/93.

São Tomé, 21/05/2021.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO Nº 40/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados na licitação, o PREGÃO PRESENCIAL n. 20/2021, destinada ao AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA RECUPERAÇÃO DA TRAFEGABILIDADE DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ - PR, CONFORME PLANO DE TRABALHO E CONVÊNIO SEAB Nº 002/2021..

São Tomé-Pr, 18 de Maio de 2021.

DIEGO ROSSI PASCHOAL
Pregoeiro



Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECHHO, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
e-mail: pmssotome@tribunato.com.br
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 2.399/2021

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art.1º - Fica concedido a servidora municipal ALESSANDRA CANDIDA DA SILVA MANZOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PCICOLOGO, 30 (trinta) dias consecutivos de LICENÇA PREMIO, sendo esta a 1ª parcela, referente ao período de trabalho de 04 de junho de 2014 a 03 de junho de 2019, para serem gozadas no período de 17 de maio de 2021 a 15 de junho de 2021, nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2021.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO Nº 39/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2021

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados na licitação, o PREGÃO PRESENCIAL n. 19/2021, destinada ao AQUISIÇÃO DE 15 ROLOS DE FILME PLÁSTICO AGRÍCOLA COM DIFUSOR DE LUZ E PROTEÇÃO ULTRA VIOLETA, COM ESPESURA MÍNIMA 100 MICRA, LARGURA DE 4 METROS E COMPRIMENTO DE 100 METROS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTUFAS DE OLICULTURA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO SEAB Nº 001/2021..

São Tomé-Pr, 17 de Maio de 2021.

DIEGO ROSSI PASCHOAL
Pregoeiro



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CIANORTE - PARANÁ

Início de Atividade: 31/03/73 - Fundada em 11/11/72 - Filial à Federação Nacional das APAEs sob nº 148/73 - Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob nº 152/73. Estatuto sob nº 10.559/63. Fone: (41) 7.403-85-44 - Registrada no Cartório de Títulos e Documentos em 04/04/2013 - Registrada no ARCE Brasil sob o nº 19.000 - Registrada na SEIP sob o nº 337-1 e 337-1 - Registrada no CNAS sob o nº 004/2013.

ERRATA

Onde se lê: Cianorte PR, 27 de maio de 2021, Leia-se: Cianorte PR, 27 de abril de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CIANORTE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cianorte, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Lourival Celeste Borges, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 35, II, do Estatuto, para fins do artigo 25, I, CONVOCA todos os associados, através do presente Edital, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 31 de maio de 2021, às 20:00 horas em primeira convocação e às 20:30 horas em segunda convocação, a ser realizada em link virtual com a seguinte ordem do dia:

1. Homologar as alterações estatutárias deliberadas pelo Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs em 20 de abril de 2021 para acressor os incisos VIIA e VII.B no artigo 35 do estatuto padrão das APAEs, com a seguinte redação:

Art. 35. Compete ao presidente:

VII.A - Os recursos financeiros mencionados no inciso VII deverão ser movimentados por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo 1º Diretor Financeiro ou por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético. (NR)

VII.B - Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente ou ao Tesoureiro a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores. (NR)

A Assembleia Geral será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras. (art.23)

Terão direito de votar os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Aape, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Aape há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em link com suas obrigações sociais e financeiras. (art. 23, §1º).

No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Aape. (art. 23, §2º)

Não se admitirá mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte. (art. 23, §3º).

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, e nos termos do art. 25, I, para a finalidade de homologar as alterações do estatuto, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Aape na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim. (art. 27, § único).

Cianorte PR, 27 de abril de 2021.

Lourival Celeste Borges
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cianorte



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
Departamento Municipal de Saúde
CNPJ - 09.196.559/0001-03
AV. JOSÉ MAZUREIRA, 120 CENTRO CEP 8720-000 FONE (044)847-1408 SÃO TOMÉ-PR.

PORTARIA Nº 398/2021

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado a servidora municipal EUDALIA DE SOUZA BARBOSA, portadora da Cédula de Identidade nº 5.381.627-4/PR, para exercer a função de Quividor do SUS, neste município de São Tomé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 575/2016, de 15 de Junho de 2016, publicada no jornal Tribuna de Cianorte em 23/06/2016, Edição nº 7366.

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO, AOS 19(DEZENOVE) DIAS DOMÊS DE MAIO DE 2021.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100.
E-mail: compra@saomanel.doparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ - 80.909.617/0001-63

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INTROITO: "DESPESA DE PREVENTIVA E OBRIGATORIA DE 40.000 KM, DO VEICULO FORD KA SEDAN, ANOMODELO 2020/20, PLACA BEG-8679 DE USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, QUE ESTA SOB A GARANTIA TECNICA".

AGNALDO TREVISAN, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e, a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, HOMOLOGAR a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitações em conformidade com o Parecer Jurídico e fúlcro legal no artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, que decidiu pela Dispensa de Licitação nº 22/2021 - PM/MP de 06/05/2021 ADJUDICANDO assim o objeto em favor da empresa ARAVELARAPONGAS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.406.827/0001-07, com sede na Rua Andorinhas, nº 88, Centro, CEP: 86.700-055, Telefones: (43) 3275-8929 e/ou (43) 3275-8900, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, autorizando à contratação no valor total de R\$ 809,00 (Oitocentos e nove reais).

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em de 25 de maio de 2021.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Rua das Indústrias, 526 – Centro
CEP.87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 21 DE MAIO DE 2021

Sumula: Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de contas do Segundo Semestre de 2020 dos Recursos Fundo a Fundo FIA/PR Incentivo Financeiro para Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Município de São Tomé – PR

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de São Tomé-Paraná no uso de suas atribuições estabelecidas que lhe confere a Lei Municipal 011/2014, e considerando a deliberação em reunião ordinária realizada no dia de 20 de Maio de 2021 às 13:30 horas na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social e Esporte, registrada na Ata de Número 003/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas do Segundo Semestre, referente aos Recursos Fundo a Fundo "Incentivo Financeiro para Fortalecimento dos Conselhos Tutelares" e "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV", do Município de São Tomé – PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Tomé/PR, 21 de Maio de 2021.





Selva Barbosa Vilela
Presidente do CMDCA – Decreto 787/2019



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CIANORTE - PARANÁ

Início de Atividade: 31/03/73 - Fundada em 11/11/72 - Filial à Federação Nacional das APAEs sob nº 148/73 - Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob nº 152/73. Estatuto sob nº 10.559/63. Fone: (41) 7.403-85-44 - Registrada no Cartório de Títulos e Documentos em 04/04/2013 - Registrada no ARCE Brasil sob o nº 19.000 - Registrada na SEIP sob o nº 337-1 e 337-1 - Registrada no CNAS sob o nº 004/2013.

Rua Fênix Dias, 1397 - Fone: (41)829-2310 e (41) 829-5585 - CEP: 87.200-007 - CIANORTE - PR.
CNPJ: 75.783.252/0001-02 - Inscrição Estadual: 901.58400-44
E-mail: apaecns@netmail.com e cianorte@apaes.pr.org.br

<div></div> <div>CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO A ABRIL DE 2021</div>											
Página: 1 / 1											
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e §7º)											
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (a)	Dotação atualizada (b)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (d) = (a) - (c) - (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (f) = (a) - (d) - (f)	Despesa paga até o mês (g)		Despesa em aberto até o mês (h)
			No mês (c)	Até o mês (c)		No mês (d)	Até o mês (d)		No mês (e)	Até o mês (e)	
DESPESAS CORRENTES (I)	2.123.750,00	2.185.800,49	428.070,22	600.676,23	1.695.679,78	428.070,22	580.676,23	1.695.243,55	428.070,22	600.676,23	837.609,56
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.373.750,00	1.425.920,49	294.534,08	409.507,09	1.079.215,92	294.534,08	409.507,09	1.079.215,92	294.534,08	409.507,09	784.681,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (I)	750.000,00	750.000,00	223.541,14	292.741,14	467.258,86	223.541,14	292.741,14	467.258,86	223.541,14	292.741,14	526.458,86
DESPESAS DE CAPITAL (II)	623.750,00	675.920,49	72.992,94	116.765,95	550.757,06	72.992,94	116.765,95	550.757,06	72.992,94	116.765,95	784.681,84
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	623.750,00	675.920,49	72.992,94	116.765,95	550.757,06	72.992,94	116.765,95	550.757,06	72.992,94	116.765,95	784.681,84
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I+II)	2.123.750,00	2.255.800,49	428.070,22	711.190,71	1.564.215,76	428.070,22	711.190,71	1.564.215,76	428.070,22	711.190,71	1.311.240,70
RECEITAS (III) = (I) + (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I) + (II) + (III)	2.123.750,00	2.255.800,49	428.070,22	711.190,71	1.564.215,76	428.070,22	711.190,71	1.564.215,76	428.070,22	711.190,71	1.311.240,70
<div><div> JULIANO TREVISAN CORDEIRO PREFEITO MUNICIPAL</div><div> ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS CONTROLE INTERNO</div><div> LEANDRO ROSSI CONTADOR - CRC PR 065173/O-2</div></div>											

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2021

Página: 1 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.179.000,00	1.179.000,00	323.293,00		27,42	
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	152.000,00	152.000,00	37.370,87		24,59	
IPTU	121.000,00	121.000,00	19.793,03		16,36	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	31.000,00	31.000,00	17.577,84		56,70	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	160.500,00	160.500,00	62.578,70		39,09	
ITBI	160.000,00	160.000,00	60.178,38		37,61	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	2.400,32		480,06	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	396.500,00	396.500,00	69.065,44		17,45	
ISS	390.000,00	390.000,00	68.314,57		17,52	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.500,00	6.500,00	1.650,87		25,40	
Receita Resultante do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	470.000,00	470.000,00	153.377,39		32,63	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.493.000,00	21.493.000,00	7.284.726,27		33,89	
Cota-Parte FPM	10.500.000,00	10.500.000,00	3.996.349,95		38,06	
Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	2.479,63		6,20	
Cota-Parte IPVA	773.000,00	773.000,00	528.254,61		68,36	
Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	2.712.976,18		27,13	
Cota-Parte IPH-Exportação	155.000,00	155.000,00	44.525,90		28,73	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.000,00	25.000,00	0,00		0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.000,00	25.000,00	0,00		0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	22.672.000,00	22.672.000,00	7.508.019,27		33,56	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o mês (c)	% (c/a) x 100	Até o mês (c)	% (c/a) x 100	Até o mês (c)	% (c/a) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.768.540,00	1.780.476,00	450.733,66	25,88	459.813,66	25,83	458.505,66	25,73
Despesas Correntes	1.764.840,00	1.775.976,00	458.933,66	25,84	458.013,68	25,79	456.705,66	25,72
Despesas de Capital	3.700,00	4.500,00	1.800,00	40,00	1.800,00	40,00	1.800,00	40,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.075.000,00	2.154.750,00	798.820,43	36,98	746.250,15	34,63	726.571,69	33,72
Despesas Correntes	2.068.400,00	2.123.700,00	767.877,48	36,16	731.221,20	34,43	711.542,74	33,36
Despesas de Capital	6.600,00	31.050,00	28.942,95	93,21	15.028,95	48,40	15.028,95	48,40
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	290.000,00	290.000,00	92.434,81	31,87	87.982,70	29,44	87.432,70	29,25
Despesas Correntes	290.000,00	290.000,00	92.434,81	31,87	87.982,70	29,44	87.432,70	29,25
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	205.200,00	205.775,00	46.194,74	22,45	46.194,74	22,45	46.194,74	22,45
Despesas Correntes	204.700,00	204.700,00	45.620,74	22,29	45.620,74	22,29	45.620,74	22,29
Despesas de Capital	500,00	1.075,00	574,00	53,40	574,00	53,40	574,00	53,40
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Após Administrativo/Manutenção) (X)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV) + (V) + (VI) + (VII) + (VIII) + (IX) + (X)	4.344.240,00	4.430.561,00	1.396.183,64	31,47	1.320.241,25	29,76	1.298.704,79	29,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (X)		1.395.163,64	1.320.241,25	1.298.704,79
(i) Restos a Pagar Não Processados Inscrição Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)		13.857,52	13.857,92	13.857,92
(j) Despesas Cuidados com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)		0,00	0,00	0,00
(k) Despesas Cuidados com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00	0,00
(n) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) - XIII - XIV - XV		1.382.326,72	1.306.383,33	1.284.846,87
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				1.141.202,89
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x 5% (Lei Orgânica Municipal)				1.141.202,89
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) [(d ou e) - (XVII)]		241.122,83	165.180,64	143.643,98
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior à zero)		0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (X) / (III) (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)				17,17

CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO A ABRIL DE 2021				
PÁGINA: 1 / 3				
RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.179.000,00	1.179.000,00	323.293,00	27,42
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	152.000,00	152.000,00	37.370,87	24,59
1.1.1 - IPTU	121.000,00	121.000,00	19.793,03	16,36
1.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IPTU	31.000,00	31.000,00	17.577,84	56,70
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão Inter vivos - ITBI	160.500,00	160.500,00	62.578,70	38,99
1.2.1 - ITBI	160.500,00	160.500,00	60.178,38	37,61
1.2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI	500,00	500,00	2.400,32	480,00
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	396.500,00	396.500,00	89.955,44	22,69
1.3.1 - ISS	396.500,00	396.500,00	88.314,57	22,27
1.3.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ISS	6.500,00	6.500,00	1.650,87	25,40
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	470.000,00	470.000,00	153.377,99	32,63
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTINUATIVAS E LEGAIS	22.393.000,00	22.393.000,00	7.284.726,27	32,53
2.1 - Cota-parte FPM	11.400.000,00	11.400.000,00	3.996.349,95	35,06
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'a'	10.500.000,00	10.500.000,00	3.996.349,95	38,06
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'b'	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'c'	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	10.993.000,00	10.993.000,00	2.712.978,18	24,67
2.3 - ICMS-Desoneração - LC nº 87/1996	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-parte IPI-Exportação	155.000,00	155.000,00	44.525,90	28,72
2.5 - Cota-parte ITR	40.000,00	40.000,00	2.479,63	6,20
2.6 - Cota-parte IPVA	773.000,00	773.000,00	528.394,61	68,36
2.7 - Cota-parte IOF-Curo (100 %)	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)	23.572.000,00	23.572.000,00	7.608.019,27	32,28

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	1.500,00	1.500,00	291,30	19,42
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	354.400,00	354.400,00	108.113,39	30,51
5.1 - Transferências do sistema-educar	220.000,00	220.000,00	70.840,59	32,20
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras transferências do FNDE	134.000,00	134.000,00	37.229,85	27,76
5.6 - Aplicação financeira dos recursos do FNDE	400,00	400,00	42,94	10,74
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	84.200,00	84.200,00	6.693,58	7,96
6.1 - Transferências de convênios	83.800,00	83.800,00	6.616,83	7,90
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	400,00	400,00	76,75	19,19
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	440.100,00	440.100,00	115.098,26	26,15

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.298.600,00	4.298.600,00	1.456.945,06	33,89
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.100.000,00	2.100.000,00	799.269,91	38,06
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	542.595,16	27,13
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
10.4 - Cota-parte IPI-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	31.000,00	31.000,00	8.905,19	28,73
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 - 1.5.5) + 2.5)	8.000,00	8.000,00	465,90	5,84
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	154.600,00	154.600,00	105.678,88	68,36
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.862.000,00	2.862.000,00	1.008.290,84	35,23
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	2.860.000,00	2.860.000,00	1.028.018,67	35,95
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	272,17	13,61
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) = DECREMENTO	(1.438.600,00)	(1.438.600,00)	(448.926,39)	31,21

DESPESAS DO FUNDEB				
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.988.300,00	1.988.300,00	872.752,29	43,89
13.1 - Com educação infantil	588.300,00	588.300,00	450.945,44	76,65
13.2 - Com ensino fundamental	1.400.000,00	1.400.000,00	421.806,85	30,13
14 - OUTRAS DESPESAS	873.700,00	880.972,82	164.684,95	18,79
14.1 - Com educação infantil	417.000,00	462.025,91	61.347,25	13,28
14.2 - Com ensino fundamental	456.700,00	518.946,91	103.337,70	19,91
15 - TOTAL DAS DESPESAS COM FUNDEB (13+14)	2.862.000,00	2.869.272,82	1.037.437,24	36,19

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB				
DESPESA	Valor			
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00			
16.1 - FUNDEB 60%	0,00			
16.2 - FUNDEB 40%	0,00			
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	109.210,89			
17.1 - FUNDEB 60%	1.195,17			
17.2 - FUNDEB 40%	108.015,72			
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	109.210,89			

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESA	Valor			
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (16 + 18)	928.228,35			
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1) / (11) x 100) %	86,44			
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2) / (11) x 100) %	5,82			
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (190 - (19.1 + 19.2) %)	7,94			

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				
DESPESA	Valor			
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	109.210,89			
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO	109.210,89			

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.983.090,00	2.028.075,91	721.590,39	35,58
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	1.005.300,00	1.050.325,91	512.292,69	48,77
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	977.790,00	977.750,00	209.297,70	21,40
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.007.150,00	3.062.936,91	752.741,40	24,58
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	1.856.700,00	1.918.946,91	525.144,55	27,37
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	1.150.450,00	1.143.990,00	228.596,85	19,80
23.3 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
23.4 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	1.000,00	17.000,00	16.000,00	94,12
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	250.000,00	250.000,00	14.332,12	5,73
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	5.241.200,00	5.358.002,82	1.594.573,61	29,95

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				
DESPESA	Valor			
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	(448.926,39)			
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00			
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	109.210,89			
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	79.253,59			
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00			
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44)	0,00			
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)	(260.461,91)			
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23+35)	1.700.032,78			
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	22,35			

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE				
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE MP VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	220.400,00	220.400,00	90.269,32	40,96
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	118.620,00	118.620,00	5.181,61	4,37
42 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38-39+40+41)	339.020,00	339.020,00	95.450,93	28,16
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+42)	5.580.220,00	5.697.022,82	1.690.024,54	29,85

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				
DESPESA	Valor			
44 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	37.475,55			

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA				
DESPESA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
45 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	109.210,89	47.798,73		
46 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	1.008.018,67	70.840,59		
47 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.037.437,24	85.279,12		
47.1 - Orçamento do Exercício	1.037.437,24	85.279,12		
47.2 - Restos a Pagar	0,00	0,00		
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	272,17	42,94		
49 - (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	80.064,49	33.403,14		
50 - (+) Ajustes	0,00	0,00		
50.1 - (+) Retenções	0,00	0,00		
50.2 - (-) Valores a recuperar	0,00	0,00		
50.3 - (+) Outros valores extrajornalísticos	0,00	0,00		
50.4 - (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00		
51 - (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	80.064,49	33.403,14		

JULIANO TREVISAN CORDEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS
CONTROLE INTERNO

LEANDRO ROSSI
CONTADOR - CRC PR 065173/O-2

CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO A ABRIL DE 2021						
PÁGINA: 1 / 1						
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS						
RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.080.000,00	2.080.000,00	442.470,39	21,27	711.704,77	34,22
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.080.000,00	2.080.000,00	442.470,39	21,27	711.704,77	34,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.080.000,00	2.080.000,00	442.470,39	21,27	711.704,77	34,22
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	2.080.000,00	2.080.000,00	442.470,39	21,27	711.704,77	34,22
DEFEÍCIT (IV)	123.750,00	185.920,49	4.631,37	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	2.203.750,00	2.265.920,49	447.101,76	19,73	711.704,77	31,41

CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO A ABRIL DE 2021						
PÁGINA: 1 / 1						
DESPESAS EMPENHADAS						
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			No bimestre (b)	% (b/a)	No bimestre (c)	% (c/b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (III)	28.889.040,00	31.827.891,98	3.918.235,35	13,56	7.385.540,24	18,84
DESPESAS CORRENTES	24.188.800,00	25.564.274,05	3.737.206,50	15,41	6.846.955,38	18,31
DESPESAS DE CAPITAL	4.699.200,00	10.715.412,97	2.181.028,85	40,23	5.538.584,86	25,37

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MARÇO A ABRIL DE 2021									
Página: 1 / 2									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e §1º)									
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(s)	Receitas realizadas				Saldo a realizar		
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(d = c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.926.428,83	30.652.158,57	3.903.983,39	12,74	8.859.414,40	28,25	21.992.744,17		
RECEITAS CORRENTES	29.726.428,83	29.824.818,88	3.826.767,79	12,83	7.824,4-0,39	26,29	22.000.438,50		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.764.550,00	2.764.550,00	489.260,32	17,66	736.575,50	26,64	2.027.974,50		
IMPOSTOS	2.243.850,00	2.243.850,00	417.426,21	18,60	611.948,73	27,27	1.631.901,27		
TAXAS	520.700,00	520.700,00	72.854,11	13,81	124.627,77	23,83	396.072,23		
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRIBUIÇÕES	570.300,00	570.300,00	101.407,82	17,79	185.619,45	32,58	384.680,55		
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	570.300,00	570.300,00	101.407,82	17,79	185.619,45	32,58	384.680,55		
RECEITA PATRIMONIAL	179.020,00	179.020,00	5.172,87	2,89	5.800,81	3,28	173.179,25		
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	11.600,00	11.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.600,00		
VALORES MOBILIÁRIOS	168.920,00	168.920,00	4.706,51	2,82	5.414,65	3,24	163.505,35		
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	506,00	506,00	466,16	92,33	466,16	92,33	33,84		
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	134.800,00	134.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.800,00		
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	121.800,00	121.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.800,00		
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTROS SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.071.758,83	26.173.138,83	3.222.798,13	12,31	6.885.004,17	26,31	19.288.134,66		
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	15.254.358,83	15.254.358,83	1.661.360,41	10,89	3.709.023,56	24,31	11.545.335,27		
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	7.684.400,00	7.682.750,00	1.943.950,91	25,31	2.564.090,97	33,37	5.118.659,03		
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	25.000,00	25.000,00	4.678,66	18,72	6.378,41	25,51	18.621,59		
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	3.288.000,00	3.288.000,00	512.807,12	15,60	1.106.511,23	33,67	2.181.488,77		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPOSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	77.199,63	33,56	835.004,21	361,30	(7.664,33)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00	77.199,63	38,59	835.004,21	417,50	(7.664,33)		
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPOSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(s)	Receitas realizadas				Saldo a realizar		
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(d = c)		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I)+(II)	29.926.428,83	30.652.158,57	3.903.983,39	12,74	8.859.414,40	28,25	21.992.744,17		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III) + (IV)	29.926.428,83	30.652.158,57	3.903.983,39	12,74	8.859.414,40	28,25	21.992.744,17		
DEFIÇIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL COM DEFIÇIT (VII) = (V) + (VI)	29.926.428,83	30.652.158,57	3.903.983,39	12,74	8.859.414,40	28,25	21.992.744,17		
TOTAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.823.081,04	0,00	0,00	1.823.081,04	100,00	0,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	1.823.081,04	0,00	0,00	1.823.081,04	100,00	0,00		

MARCELO ANTONIO FOGANHOLLO

Secretário Municipal de Fazenda

ANTONIO MARCOS CARDOSO DE MATOS

Contador CRC PR-051475/O-1

PEDRO APARECIDO COMITRE

Controlador Interno

OCELO CESAR FERREIRA LEITE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MARÇO A ABRIL DE 2021									
Página: 1 / 1									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e §1º)									
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(s)	Receitas realizadas				Saldo a realizar		
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(d = c)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I)+(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEFIÇIT (VI)	3.718.316,83	3.732.816,83	173.909,21	4,68	338.672,17	9,07	0,00		
TOTAL (V) = (III) + (IV)	3.718.316,83	3.732.816,83	173.909,21	4,68	338.672,17	9,07	0,00		

MARCELO ANTONIO FOGANHOLLO

Secretário Municipal de Fazenda

ANTONIO MARCOS CARDOSO DE MATOS

Contador CRC PR-051475/O-1

PEDRO APARECIDO COMITRE

Controlador Interno

OCELO CESAR FERREIRA LEITE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
MARÇO A ABRIL DE 2021									
Página: 1 / 2									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e §1º)									
DESPESAS	Despesa inicial	Despesa atualizada	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS LIQUIDADAS		
			No bimestre	Até o bimestre	Saldo	% (b/a)	No bimestre	Até o bimestre	Saldo
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)	26.106.150,00	27.466.428,79	4.006.102,99	15,34	10.900.308,88	41,75	3.903.983,39	14,21	10.900.308,88
DESPESAS CORRENTES	25.700.000,00	26.705.428,79	3.710.000,00	14,43	10.100.000,00	39,30	3.600.000,00	13,62	10.100.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO A ABRIL DE 2021

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.172)

Página: 1 / 3

RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.603.350,00	1.603.650,50	611.948,23	38,15
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	484.000,00	484.000,00	207.529,29	42,88
1.1.1 - IPTU	390.000,00	390.000,00	182.979,68	46,92
1.1.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IPTU	94.000,00	94.000,00	24.549,61	26,12
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	253.000,00	253.000,00	98.641,01	38,99
1.2.1 - ITBI	253.000,00	253.000,00	98.641,01	38,99
1.2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita resultante do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - ISS	256.350,00	256.650,00	90.244,62	35,14
1.3.1 - ISS	252.000,00	252.000,00	86.487,41	34,32
1.3.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ISS	4.350,00	4.650,00	3.757,21	77,47
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	610.000,00	610.000,00	215.533,31	35,33
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.197.558,83	23.197.558,83	6.416.248,17	27,66
2.1 - Cota-parte FPM	13.888.658,83	13.888.658,83	3.996.349,68	28,77
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'b'	12.828.658,83	12.828.658,83	3.996.349,68	31,15
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'c'	1.060.000,00	1.060.000,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'd'	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	7.800.000,00	7.800.000,00	1.927.158,09	24,71
2.3 - ICMS-Desoneração - LC nº 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-parte IP-Exportação	149.000,00	149.000,00	31.131,55	20,89
2.5 - Cota-parte ITR	660.000,00	660.000,00	5.367,84	0,81
2.6 - Cota-parte IPVA	700.000,00	700.000,00	498.241,01	68,18
2.7 - Cota-parte IOF-Duro (100 %)	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (+2)	24.801.508,83	24.801.508,83	7.028.196,42	28,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
RECEITA ADICIONAL PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	2.000,00	2.000,00	91,26	4,56
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FINE	357.000,00	357.000,00	110.421,36	30,93
5.1 - Transferências do salário-educação	247.000,00	247.000,00	79.319,34	31,71
5.2 - Transferências Diretas - FOME	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - FNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - FNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras transferências do FINE	109.000,00	109.000,00	32.212,42	29,21
5.6 - Aplicação financeira dos recursos do FINE	400,00	400,00	90,60	22,65
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	70.350,00	70.350,00	62.484,14	88,74
6.1 - Transferências de convênios	70.350,00	70.350,00	62.484,14	88,74
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	350,00	350,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (+4-5-6-7-8)	429.350,00	429.350,00	117.773,08	27,29

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.961.800,00	3.961.800,00	1.283.249,45	32,38
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	2.500.000,00	2.500.000,00	799.266,91	31,97
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.300.000,00	1.300.000,00	385.431,54	29,65
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4 - Cota-parte IP-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	29.800,00	29.800,00	6.296,77	20,89
10.5 - Cota-Parte ITR ao ITR Arrecadação Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 1.5.1) + 2.5)	122.000,00	122.000,00	1.073,54	0,81
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	0,00	0,00	91.248,19	0,00
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.288.000,00	3.288.000,00	1.105.786,12	33,61
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	3.288.000,00	3.288.000,00	1.105.511,23	33,62
11.2 - Complementação da unidade ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	287,39	14,37
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 11.2) = DESPESAS RECEBIDAS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(673.800,00)	(673.800,00)	(177.738,22)	26,38

DESPESAS DO FUNDEB				
DESPESA DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b) = (b/a)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.763.600,00	7.763.600,00	804.948,34	10,37
13.1 - Com educação infantil	2.916.800,00	2.916.800,00	871.613,08	29,94
13.2 - Com ensino fundamental	137.000,00	137.000,00	33.333,26	24,33
14 - OUTRAS DESPESAS	537.400,00	537.400,00	68.784,56	12,84
14.1 - Com educação infantil	426.000,00	426.000,00	64.224,80	15,08
14.2 - Com ensino fundamental	111.400,00	111.400,00	2.559,76	2,30
15 - TOTAL DAS DESPESAS COM FUNDEB (13+14)	3.291.000,00	3.322.108,16	871.730,90	26,27

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1 - FUNDEB 60%		0,00
16.2 - FUNDEB 40%		0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB		28.108,16
17.1 - FUNDEB 60%		28.080,23
17.2 - FUNDEB 40%		27,93
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)		28.108,16

INDICADORES DO FUNDEB		Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		942.622,74
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1) / (11 x 100) %)		79,21
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2) / (11 x 100) %)		6,04
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (10 - (19.1 + 19.2) %)		14,76

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		28.108,16
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITSM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO		28.108,16

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b) = (b/a)x100
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.432.964,71	4.471.626,62	1.111.491,43	24,76
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	3.042.600,00	3.071.708,16	935.837,86	30,47
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	1.390.364,71	1.399.918,46	175.653,55	12,55
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.909.472,50	1.920.801,33	360.218,05	18,75
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	248.400,00	248.400,00	35.893,02	14,45
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	1.661.072,50	1.672.401,33	324.325,03	20,87
23.9 - Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23-24-25-26-27)	6.342.377,21	6.392.427,95	1.471.708,48	23,02

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		Valor
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (12)		(177.738,22)
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB		28.108,16
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		20.942,58
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00
34 - CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - (44)		0,00
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30-31-32-33-34)		(127.667,48)
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-35)		1.589.957,71
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (36) / (3) x 100 % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%		22,75

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE				
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b) = (b/a)x100
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL FINAN DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTO VINCULADO AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	247.300,00	308.278,53	74.235,11	24,32
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	180.050,00	225.324,28	61.288,43	27,20
42 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+39+40+41)	427.350,00	533.602,81	135.523,54	25,42
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+42)	6.769.727,21	6.926.030,76	1.607.232,02	23,21

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2021 (g)
44 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			58.616,08	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020			52.839,29	57.976,53
46 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)			1.105.511,23	78.316,34
47 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			970.908,94	79.615,11
47.1 - Orçamento do Exercício			946.677,84	79.615,11
47.2 - Restos a Pagar			23.831,10	0,00
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE			287,39	84,78
49 - (+) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			168.228,94	65.786,54
50 - (-) Ajustes			(236,86)	0,00
50.1 - (+) Reservas			0,00	0,00
50.2 - (-) Valores a recuperar			0,00	0,00
50.3 - (+) Outros valores extraordinários			0,00	0,00
50.4 - (+) Conciliação Bancária			(236,86)	0,00
51 - (+) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO			167.992,08	65.786,54

MARCELO ANTONIO FOGANHOLO
Secretário Municipal de Fazenda

ANTONIO MARCOS CARDOSO DE MATOS
Contador CRC PR-051475/O-1

PEDRO APARECIDO COMITRE
Controlador Interno

OCELO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2021

Página: 1 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) = 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.603.850,00	1.603.850,00	611.948,23	38,15
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	484.000,00	484.000,00	207.529,29	42,88
IPTU	390.000,00	390.000,00	182.979,68	46,90
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	94.000,00	94.000,00	24.549,61	26,12
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	253.000,00	253.000,00	98.641,01	38,99
ITBI	253.000,00	253.000,00	98.641,01	38,99
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	256.850,00	256.850,00	90.244,62	35,14
ISS	252.000,00	252.000,00	86.487,41	34,32
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	4.850,00	4.850,00	3.757,21	77,77
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	610.000,00	610.000,00	215.533,31	35,33
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.137.658,83	23.137.658,83	6.416.248,17	27,88
Cota-Parte FPM	12.828.658,83	12.828.658,83	3.996.349,68	31,15
Cota-Parte ITR	660.000,00	660.000,00	5.367,84	0,81
Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	498.241,01	71,18
Cota-Parte ICMS	7.800.000,00	7.800.000,00	1.927.158,09	24,71
Cota-Parte IP-Exportação	149.000,00	149.000,00	31.131,55	20,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) + (I)	23.741.508,83	23.741.508,83	7.028.196,40	29,60